

# CLIPPING FARMÁCIA

06 de Março de 2020

- Hypera Pharma compra ativos da Takeda no Brasil e América Latina
- Hypera compra licença de remédios que inclui Dramin e Neosaldina por US\$ 825 mi
- História do grupo foi construída por dezenas de aquisições
- Onix representará MGC no Brasil
- Takeda desenvolve remédio para tratar pacientes com coronavírus
- Incorporação de novos remédios para doenças raras deve levar eficiência em conta
- Remédio contra asma pode ser eficaz contra novo coronavírus
- Índia limita exportação de medicamentos
- A corrida das farmacêuticas para desenvolver medicamentos contra o coronavírus



## Hypera Pharma compra ativos da Takeda no Brasil e América Latina

**Quando finalizada, transação tornará a Hypera Pharma a maior empresa farmacêutica do Brasil; acordo foi adiantado pelo 'Estado' no último sábado**

A Hypera Pharma (ex-Hypermarchas) anunciou na manhã desta segunda-feira, 2, que chegou a um acordo com a companhia japonesa Takeda para adquirir o portfólio da farmacêutica de medicamentos de prescrição e isentos de prescrição (OTC) na América Latina, por um total de US\$ 825 milhões. A notícia foi antecipada pelo Estado no último sábado.

Quando finalizada, essa transação - em conjunto com a aquisição, em dezembro, do medicamento Buscopan, que integrava o portfólio da Boehringer Ingelheim - tornará a Hypera Pharma a maior empresa farmacêutica no Brasil. A companhia também deterá duas das três maiores marcas de medicamentos OTC (que não necessitam de receita médica), com participação de mercado de 20% no setor de Consumer Health, tornando-se líder absoluta nessa área no País.

O portfólio que será adquirido da Takeda registrou receita líquida de cerca de R\$ 900 milhões em 2019, sendo que o Brasil responde por 83% desse total e o México, por 15%. Inclui produtos em áreas terapêuticas como cardiologia, diabetes, endocrinologia, gastroenterologia, sistema respiratório e clínica geral, além de marcas Top of Mind como Neosaldina, a terceira maior marca de medicamento OTC no Brasil, logo atrás do próprio Buscopan.

Breno Oliveira, CEO da Hypera Pharma, disse que, quando concluída, a transação com a Takeda será a maior aquisição da história da Hypera Pharma.

"Estamos acelerando o crescimento da companhia e criando uma plataforma única e irreplicável, com sólida posição em segmentos estratégicos do mercado."

A Hypera Pharma assegurou com bancos uma linha de financiamento de R\$ 3,5 bilhões para financiar a transação, que está sujeita a determinadas condições dispostas em contrato, incluindo a aprovação por órgãos de defesa da concorrência e, também, à aprovação em assembleia geral de acionistas.

Uma das maiores empresas farmacêuticas do País, a Hypera começou a crescer no setor por meio de aquisições. É dona da Neo Química, Montecorp e outros laboratórios nacionais. O complexo industrial da Hypera Pharma fica em Anápolis, Goiás.

**Fonte: Estadão**



## Hypera compra licença de remédios que inclui Dramin e Neosaldina por US\$ 825 mi

### **Ações da companhia disparam 12% com aquisição**

A Hypera Pharma fechou acordo com a Takeda Pharmaceutical International para a aquisição de portfólio de 18 medicamentos isentos de prescrição e de prescrição na América Latina por US\$ 825 milhões, segundo fato relevante da companhia brasileira nesta segunda-feira (2).

O portfólio inclui produtos em áreas terapêuticas como cardiologia, diabetes, endocrinologia, gastroenterologia, sistema respiratório e clínica geral, além de marcas como Neosaldina e Dramin. O conjunto de medicamentos teve receita líquida de cerca de R\$ 900 milhões –83% no Brasil e 15% no México–, em 2019, segundo a Hypera.

"Quando concluído, esse passo transformador representará a maior aquisição da história da Hypera Pharma e está em linha com o seu já reconhecido foco estratégico de expansão de market share [participação de mercado] e investimento em marcas líderes com alto potencial de crescimento", afirmou a companhia no comunicado.

A aquisição faz as ações da companhia dispararem 12%, a R\$ 38,45. Por volta das 12h, as ações sobem 11,4%, a R\$ 38,19, a maior alta do Ibovespa.

A Hypera disse que já assegurou com bancos linhas de crédito de R\$ 3,5 bilhões para financiar a transação e afirmou que a conclusão da aquisição deve ocorrer até o final deste ano, sujeita a determinadas condições, incluindo aprovação dos órgãos antitruste e dos acionistas.

A aprovação da transação não dará aos acionistas o direito de retirada da companhia.

O acordo ainda prevê a fabricação e fornecimento em conexão com a transação, por meio do qual a Takeda continuará a fornecer produtos à Hypera, que também fortalecerá seu time de vendas e marketing com uma equipe de aproximadamente 300 pessoas que será transferida da Takeda quando do fechamento do negócio.

Com a conclusão da transação e a recente aquisição da marca Buscopan, a Hypera Pharma disse que passará a ser a maior empresa farmacêutica do Brasil e a líder absoluta em medicamentos isentos de prescrição, com participação de mercado de aproximadamente 20%, de acordo com o IQVIA.

A companhia também afirmou que a transação permitirá que ela continue a expandir seu portfólio de marcas líderes com faturamento anual acima de R\$ 100 milhões e a fortalecer sua posição em segmentos estratégicos do mercado.

A Hypera realizará teleconferência sobre a aquisição às 12h (horário de Brasília).

**Fonte: Folha de SP**





## História do grupo foi construída por dezenas de aquisições

A história da Hypera Pharma, que até fevereiro de 2018 se chamava Hypermarchas, é marcada pela expansão via aquisições. Com a meta de transformar seu negócio, que nasceu de uma distribuidora de sal fundada pelo pai, na “Unilever brasileira”, o empresário João Alves de Queiroz Filho, o Júnior, fechou quase três dezenas de aquisições até 2010, quando a receita líquida do grupo superou R\$ 3 bilhões.

Júnior também se desfez de uma série de ativos ao longo do tempo, incluindo a Arisco, até chegar no que é hoje a Hypera, 100% dedicada a saúde e cuidados pessoais. De uma das maiores companhias nacionais de bens de consumo nos anos 2000, seu empreendimento caminhou para se consolidar como a maior farmacêutica do país. Mas a história do empresário, também é acionista do UOL, não é marcada apenas por lances ousados e lucrativos nos negócios. Há duas semanas, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou Júnior e três ex-executivos da Hypera por suspeita de participação em um esquema de pagamento de propina para favorecer interesses da empresa no Senado. Um dos denunciados, o ex-diretor de relações institucionais Nelson José de Mello, firmou acordo de delação premiada dentro da Operação LavaJato, que foi rescindido em 2019.

Um dos homens de confiança de Júnior, Mello renunciou ao cargo em 2016, após admitir que realizou pagamentos indevidos, à revelia da companhia. A Hypera informou à época que o ex-executivo a ressarciu em R\$ 26,7 milhões. Um comitê independente constituído em 2018 pela Hypera investiga os fatos internamente.

Naquele ano, o então presidente da farmacêutica, Claudio Bergamo, e o próprio Júnior, que era presidente do conselho de administração, pediram afastamento dos cargos até que as apurações fossem concluídas.

Formalmente, a antiga Hypermarchas nasceu no fim de 2001 e a década seguinte foi marcada por uma série de aquisições - somente em 2010, foram nove: Sapeka, Sanifil, Luper, York, Bitufo, Pom Pom Sabonetes, Mantecorp, Mabesa e marcas da Medley.

A estreia no setor farmacêutico foi em 2007, com a compra da DM Indústria Farmacêutica. O portfólio na área ganhou musculatura entre 2008 e 2011 com aquisições de Farmasa, Neo Química e Mantecorp. Em 2012, uniu forças com Aché, EMS e União Química na Bionovis, voltada à fabricação de medicamentos biológicos.

O fortalecimento da operação farmacêutica foi acompanhado pela revisão da estratégia da empresa, que saiu de outras áreas. Em 2015, acertou a venda da operação de cosméticos para a Coty por R\$ 3,8 bilhões. No ano seguinte, a Reckitt Benckiser Brasil comprou o negócio de preservativos por R\$ 675 milhões.

Em 2017, concluiu a venda da área de fraldas descartáveis à Ontex por R\$ 1 bilhão.

Os desinvestimentos proporcionaram à companhia uma confortável posição de liquidez. Conforme o último dado disponível, a Hypera tinha caixa líquido de R\$ 840 milhões em setembro.

**Fonte: Valor**





## Onix representará MGC no Brasil

### **Acordo prevê a venda de remédios à base de cannabis nas farmácias brasileiras**

A Onix, empresa brasileira especializada na importação e comercialização de medicamentos à base de cannabis, assinou acordo com a farmacêutica eslovena MGC Pharma, para a distribuição dos produtos no Brasil. Segundo o presidente da Onix, Marcelo Galvão, o acordo válido para sete anos pode ser renovado por mais cinco.

No primeiro ano de operação da parceira, a meta é comercializar 96 mil unidades de medicamentos.

"Em cinco semanas, devemos protocolar o pedido de registro para sete medicamentos junto à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A nossa expectativa é iniciar a comercialização nas farmácias do país entre junho ou julho", disse Galvão.

Segundo ele, para essa primeira etapa, a companhia irá investir US\$ 2 milhões, sendo que US\$ 1 milhão será usado para formação e apresentação da equipe de vendas médicas. "Os medicamentos terão a nossa marca e terão um preço entre US\$ 150 a US\$ 250. Com isso, o faturamento no primeiro ano de operação deverá ser de US\$ 18 milhões."

Os medicamentos, segundo o executivo, serão vendidos todos em forma de óleos e terão em sua composição o Canabidiol (CBD) e o Tetrahydrocannabinol (THC).

"Os remédios já estão dentro das normas e padrão farmacêutico da Anvisa. Entre as patologias a serem atendidas constam, por exemplo, autismo, asma, anorexia, insônia,

Parkinson e dores crônicas", ressaltou o executivo.

Em comunicado ao mercado, a MGC Pharma informou que o contrato fortalecerá imediatamente os fluxos de caixa operacionais da companhia. No primeiro ano de operação, o volume mínimo acordado é de 20 mil unidades. No segundo, esse montante passa a ser de 50 mil anuais.

"É um marco importante para a MGC Pharma permitir que a Onix registre os produtos no Brasil. Porque a autoridade reguladora, a Anvisa, impõe um nível muito alto de conformidade regulatória e é uma validação significativa da qualidade dos produtos da MGC Pharma", diz a nota.

Um fator chave para o registro na Anvisa, segundo Galvão, é que os medicamentos MGC Pharma atendem aos critérios de estabilidade com mais de 12 meses na zona climática brasileira e farmacêutica, de acordo com normas da nova regulamentação da Anvisa, a RDC 327, para venda desses medicamentos em farmácias.

**Fonte: Valor**



## Takeda desenvolve remédio para tratar pacientes com coronavírus

### ***Tratamento será derivado de sangue de pacientes infectados que se curaram***

A farmacêutica japonesa Takeda informou nesta quarta-feira que está tentando desenvolver um remédio para tratar as pessoas já infectadas ou com grande risco de contrair o coronavírus.

O tratamento será derivado de sangue de pacientes que foram infectados pelo vírus mas que se curaram da doença respiratória, segundo a empresa.

***Os pesquisadores esperam que os anticorpos criados pelos pacientes recuperados possam impulsionar o sistema imunológico de novos pacientes e acabar com a infecção.***

Este tipo de tratamento costuma ser bem-sucedido na cura de infecções respiratórias graves provocadas por outros vírus, informou a empresa.

"Embora ainda não tenhamos certeza de que [o remédio] irá funcionar, nós acreditamos que é um ativo relevante que pode ser útil", disse o diretor da unidade de vacinas da Takeda, RajeevVenkayya, que está ajudando a comandar a equipe que busca uma cura para o coronavírus.

***Se os testes tiverem sucesso, a empresa espera tornar o tratamento disponível para pacientes em um período entre nove e 18 meses.***

Ao lado das farmacêuticas Gilead e AbbVie, a Takeda aposta no desenvolvimento de um remédio para tratar pacientes infectados. Outras empresas informaram que estão desenvolvendo uma vacina. Ainda não há um remédio aprovado para tratar infecções de coronavírus, ou vacinas para prevenir o contágio.

A pfizer informou, na segunda-feira, que os componentes antivirais que identificou estão sendo testados para o tratamento das infecções.

A pfizer disse que espera ter os resultados em um mês, e, se eles forem positivos, poderá começar a testar um remédio experimental em pacientes até o fim do ano.

O tratamento da Gilead, chamado remdesivir, está sendo testado por pesquisadores na China. A empresa informou que vai iniciar seus próprios testes este mês.

**Fonte: Valor**



## Incorporação de novos remédios para doenças raras deve levar eficiência em conta

A dificuldade de acesso a medicamentos de alto custo é uma das principais causas da judicialização da saúde, que custa ao Estado cerca de R\$ 7 bilhões ao ano. Na visão de Daniel Wang, doutor em direito pela London School of Economics e professor da FGV São Paulo, esse é um cenário insustentável.

Para ele, há uma falácia no raciocínio de que, nesses casos, a disputa acontece entre dinheiro e saúde, pois o serviço de saúde é mantido com recursos limitados. “A disputa não é dinheiro versus vida, é vida versus vida, saúde versus saúde”, afirmou nesta terça-feira (3), em um dos debates do Seminário Doenças Raras.

Organizado pela Folha e patrocinado pelo Grupo Pardini e pelos laboratórios Sanofi e Pfizer, o evento foi realizado no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo. A mediação foi realizada por Cláudia Collucci, repórter especial da Folha.

Para Wang, a alta dependência da judicialização produz desigualdades e ineficiência no sistema de saúde atual, espremendo o orçamento da área. Ele citou um estudo do TCU que apontava que, de R\$ 1 bilhão gasto com a judicialização em 2017 pelo Ministério da Saúde, 56% eram destinados à compra de apenas dois medicamentos.

“Os sistemas de saúde precisam pensar em custo-efetividade; quando não buscam isso, oferecem menos do que poderiam.”

A declaração foi de acordo ao tom da mesa —na avaliação dos debatedores, o acesso a novos tratamentos deve levar em conta a eficiência dessas tecnologias antes de absorvê-las.

Como exemplo disso, Wang citou a Inglaterra, que estabelece dois critérios específicos para aquisição de remédios para doenças raras: um teto para cada paciente e outro para o gasto total do Estado com determinado medicamento.

“A jurisprudência [no Brasil] dá valor quase absoluto à caneta do médico, o que traz uma série de problemas”, afirmou.

“Muitas vezes, a concessão de tratamentos é completamente sem critérios.” O Judiciário, disse, ainda resiste a levar os custos em consideração.

Renata Curi, advogada especializada em direito e saúde da CuriE Consultoria, também ressaltou esse aspecto. Ela citou um estudo da Anvisa que apontou que, na média, 3% dos medicamentos incorporados do exterior melhoravam significativamente o quadro dos pacientes.

“Ou seja, a gente tinha uma quantidade enorme de medicamento que era mais do mesmo. Muda a embalagem, a posologia, a cor, a estratégia de marketing, mas havia uma aprovação de drogas que não contribuía para a saúde do paciente.”

Uma das soluções que ela propôs para ampliar o acesso dos pacientes com doenças raras à medicação foram os contratos de risco compartilhado, introduzidos na lei brasileira no ano passado.

Esses contratos estabelecem uma relação entre o Estado e a indústria farmacêutica, na qual o preço do medicamento é determinado a partir dos resultados concretos observados na saúde dos pacientes. Caso os remédios não funcionem, o Estado não é obrigado a pagar as empresas.





“É uma ideia juridicamente muito antiga, mas é uma novidade na área da saúde”, afirmou Curi. Ela considera os contratos de risco compartilhado — que envolvem o Estado, o setor privado, os centros de referência e as associações de pacientes— mais democráticos do que as vias normais para conseguir remédios especializados, que com frequência dependem da judicialização. Curi também citou como benefícios desse modelo a produção de “dados do mundo real” —ou seja, resultados de como os medicamentos atuam fora das condições controladas dos laboratórios—, a aproximação do governo com as associações de pacientes e o aprimoramento do sistema de precificação de novas tecnologias. Ela admitiu, porém, que, em função da complexidade desse tipo de contrato, ele deve ser utilizado em regime de exceção.

Gustavo Mendes Lima Santos, gerente-geral de medicamentos e produtos biológicos da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), concordou com o raciocínio básico por trás desse modelo.

“Saber que a gente, como governo, compartilha com a empresa o risco de o produto não funcionar e ter de arcar com isso faz mais sentido do que o governo simplesmente fornecer, pagar e deixar a responsabilidade para o médico e o paciente”, disse.

Ele ressaltou que os medicamentos para doenças raras desafiam a proposta básica do órgão, de determinar se os riscos compensam os benefícios. “São pacientes limitados para fazer os estudos clínicos, existe dificuldade para o

tratamento, e a pesquisa nem sempre se esgota no momento da regulação do produto”, explicou. Para além disso, quando o medicamento é judicializado ou importado sem registro, é improvável que a Anvisa consiga acompanhar propriamente seu uso.

Daniel Wang, da FGV, afirmou estar preocupado com o quanto a judicialização pode afetar a implementação dos contratos de risco compartilhado no Brasil.

“Se estou negociando com um monopólio, meu único poder de barganha é dizer não. No caso do SUS, essa opção não existe”, disse. “A opção é comprar via judicialização ou comprar via incorporação. O poder de barganha do SUS em demandar melhores acordos de compartilhamento de riscos e melhores preços desaparece. Todas essas ideias podem ser derrubadas porque existe sempre o caminho da judicialização.”

“Cada vez que o gestor elege uma tecnologia, nega outra para um grupo de pacientes”, comentou Renata Curi, da CuriE, sobre o mesmo tema.

**Fonte: Folha de SP**

## Remédio contra asma pode ser eficaz contra novo coronavírus

Médicos japoneses afirmaram que um remédio contra asma parece ser eficaz na redução de sintomas em pacientes de coronavírus que desenvolveram pneumonia.

Uma equipe médica do Hospital Ashigarakami, na província de Kanagawa, tratou pacientes que ficaram doentes a bordo do navio de cruzeiro Diamond Princess.

Ela anunciou os resultados de seus estudos no site na internet da Associação Japonesa para Doenças Infecciosas.

Segundo o documento, três pacientes foram tratados com um remédio contra asma chamado Ciclesonida, um esteroide inalável que inibe o sistema imunológico.

A equipe médica declarou que todos os pacientes tinham mais de 65 anos de idade e respiravam por aparelhos, mas que não se encontravam em estado grave.

A pesquisa mostrou que os pacientes foram tratados com a Ciclesonida, em 20 de fevereiro, e suas condições de saúde melhoraram em cerca de dois dias. Uma mulher de 73 anos teria recebido alta.

Os médicos disseram que o remédio foi empregado depois de terem sido informados a seu respeito pelo Instituto Nacional de Doenças Infecciosas.

Eles afirmaram que o remédio chega aos pulmões, onde o vírus se multiplica.

Portanto, ele pode ser eficaz na redução de inflamações no local.

A equipe planeja investigar a eficácia do tratamento, em conjunto com outras instituições médicas porque ela cuidou somente de um pequeno número de pacientes.

**Fonte: Uol**





## Índia limita exportação de medicamentos

A Índia, o principal fornecedor mundial de medicamentos genéricos, restringiu a exportação de 26 ingredientes farmacêuticos e dos medicamentos feitos a partir deles. A decisão foi tomada devido aos estragos que a disseminação do novo coronavírus pode causar nas cadeias de suplementos.

Os medicamentos restritos incluem o paracetamol, um dos analgésicos mais utilizados. Foram impostas restrições semelhantes relativas ao antibiótico metronidazol, várias versões da vitamina B e mais oito produtos medicinais, anunciou o governo indiano, citado pela agência Bloomberg.

“A Índia restringiu a exportação de 26 ingredientes farmacêuticos ativos para exportação, o que representa cerca de 10% de sua capacidade de exportação”, afirmou o comissário da Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos, Stephen Hahn.

Na semana passada, a instituição norte-americana anunciou a escassez de medicamentos relacionados com o coronavírus.

Os fabricantes de medicamentos indianos confiam na China para quase 70% dos ingredientes ativos.

“Mesmo os medicamentos que não são produzidos na China obtêm seus ingredientes básicos lá”, disse o analista do China Market Research Group, Shaun Rein.

A Índia é a fonte de cerca de 20% dos suplementos mundiais de medicamentos genéricos do mundo. Contudo, depende da China para cerca de 66% dos componentes químicos necessários à produção desses fármacos.

Uma análise do governo indiano mostrou que 450 ingredientes de medicamentos podem ser afetados pela contenção de coronavírus na China, que inclui o bloqueio completo da província de Hubei – o centro da indústria farmacêutica do país.

“O setor está inteiramente conectado, de uma forma ou de outra, à China”, afirmou Rajvi Malik, presidente da Mylan NV, uma empresa norte-americana de produtos farmacêuticos.

Malik garantiu que, se o surto persistir, os fornecedores de ingredientes farmacêuticos e outros componentes de medicamentos vão ser afetados. A Mylan NV tenta encontrar alternativas para alguns ingredientes.

### **“Poderá haver escassez aguda”**

Em comunicado, o diretor-geral do Comércio Exterior indiano afirmou que “as exportações de API – ingredientes farmacêuticos – e formulações feitas com esses ingredientes vão ser restringidas com efeito imediato”. Contudo, não esclareceu qual a extensão dessas restrições. A limitação da exportação pode levar a “uma escassez nos próximos dois meses”, disse o presidente do Conselho de Promoção e Exportação de Produtos Farmacêuticos da Índia, Dinesh Dua, citado pela Reuters.

Nos Estados Unidos, as importações indianas representam cerca de 24% dos medicamentos e 31% de ingredientes para medicamentos.

Dua mostrou preocupação com a restrição e declarou que “se o coronavírus não for contido, poderá haver uma escassez aguda” de medicamentos.





Os especialistas afirmam que ainda não é possível perceber de que forma essa restrição vai interferir na disponibilidade dos medicamentos nos países que importam da Índia e dependem da China.

O governo indiano garantiu que existem estoques suficientes para os próximos três meses.

Os fabricantes de medicamentos têm o hábito de manter, para dois ou três meses, o estoque de “ingredientes-chave”. Contudo, com o fechamento das fábricas em Hubei, esse estoque “vai começar a diminuir”, acrescentam os especialistas.

“Se existir potencial escassez de medicamentos críticos, é preciso tomar medidas para garantir que voltem a estar disponíveis para os cidadãos”, afirmou o ex-chefe da unidade indiana da farmacêutica Novartis AG, Ranjit Shahani.

**Fonte: Agência Brasil**

## A corrida das farmacêuticas para desenvolver medicamentos contra o coronavírus

À medida que o novo coronavírus se espalha por países em todos os continentes do mundo, diversas farmacêuticas entram na corrida para desenvolver medicamentos contra o covid-19.

Na China, os testes para avaliar se o antiviral Remdesivir, não aprovado para uso em nenhum país do mundo, funciona contra o novo vírus estão sendo feitos pela farmacêutica Gilead Sciences. A companhia está no meio de um estudo com 761 pacientes em Wuhan, cidade onde o vírus se originou. O resultado do experimento será divulgado no dia 27 de abril, de acordo com o comunicado da Administração de Propriedade Intelectual da China.

A atualização sobre o progresso dos testes foi divulgada um dia após a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmar que o Remdesivir pode ser o único tratamento eficaz para a doença, que já infectou mais de 80 mil pessoas e matou mais de 2.600. Antes do surto do novo coronavírus, o medicamento vinha sendo testado em pacientes com Ebola, mas a droga ainda não recebeu aprovação para nenhum uso.

He Zhimin, vice-chefe da Administração de Propriedade Intelectual, disse que a China ainda não aprovou todos os pedidos de patente do Remdesivir. Segundo a Bloomberg, a farmacêutica apresentou oito pedidos de patente para o medicamento, buscando proteção da estrutura, do método de fabricação e do uso do composto. Apenas três dos pedidos foram aceitos, enquanto os outros cinco estão sob revisão. Pesquisadores do instituto de virologia de Wuhan também apresentaram um pedido para patentear o uso

da droga no tratamento contra o coronavírus. Outras farmacêuticas chinesas estariam produzindo o medicamento, violando uma possível proteção da Gilead.

No Japão, o ministro da Saúde mencionou o Favipiravir, um medicamento antiviral desenvolvido e vendido pela Fujifilm, comercializado sob a marca Avigan, como um dos muitos medicamentos que o país está testando como tratamento para o vírus. A citação fez com que as ações da empresa subissem 8,8% na terça-feira (25/02). O Avigan é aprovado no Japão como um tratamento para a gripe nova ou reemergente e já foi usado anteriormente no tratamento de pacientes com Ebola. A empresa está considerando aumentar a produção do Avigan após um pedido do governo japonês, disse o porta-voz da Fujifilm, Takahiro Taguchi. A Fujifilm já havia fornecido ao governo um estoque de Avigan para dois milhões de pessoas. No entanto, ainda não está claro se a dosagem usada para a gripe comum seria apropriada para o novo coronavírus, disse Taguchi.

Uma versão genérica do Avigan também está sendo testada na China em pacientes com coronavírus. Mais de 100 testes clínicos foram feitos na China, usando desde remédios contra gripe, plasma contendo anticorpos de pacientes recuperados até medicamentos fitoterápicos tradicionais da China. A Comissão Nacional de Saúde da China também recomendou o uso do coquetel anti-HIV da AbbVie Inc., Kaletra, fosfato de cloroquina e arbidol, um remédio usado contra a gripe.

**Fonte: Época Negócios**

